



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MANHÃ

AGENTE E ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL SUBSTITUTO

Prova Escrita Objetiva e Discursiva - Nível SUPERIOR Tipo 3-AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo cem questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos destinada às respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

1

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
 - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
 - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
 - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
 - Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
 - Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
 - Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
 - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!**

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de Língua Portuguesa desta prova visam preferencialmente verificar sua capacidade de compreender textos e de redigir de forma adequada à língua culta.

1

“É minha opinião que não se deve dizer mal de ninguém, e ainda menos da polícia. A polícia é uma instituição necessária à ordem e à vida da cidade.” (Machado de Assis, *A Semana* – 1871)

Sobre a estruturação desse pensamento de Machado de Assis, a única observação correta é:

- (A) há uma contradição lógica entre os dois períodos que compõem esse pensamento;
- (B) o texto mostra fraco poder argumentativo por tratar-se de uma opinião;
- (C) o segundo período é uma explicação que justifica o período anterior;
- (D) o segmento “e ainda menos da polícia” retifica uma afirmação anterior;
- (E) os dois períodos do texto poderiam trocar de posição sem alteração do sentido global.

2

“É minha opinião que não se deve dizer mal de ninguém, e ainda menos da polícia. A polícia é uma instituição necessária à ordem e à vida da cidade.” (Machado de Assis, *A Semana* – 1871)

Ao redigirmos um texto devemos ter cuidado com a grafia das palavras empregadas; no caso do pensamento de Machado, há o emprego graficamente correto da palavra *mal*.

A frase abaixo em que o emprego da mesma palavra está INCORRETO é:

- (A) O *mal* é combatido pela polícia;
- (B) O *mal*-educado nunca é bem-vindo;
- (C) Desrespeitar as leis é um *mal* hábito;
- (D) *Mal* chegou a polícia, todos se retiraram;
- (E) Não há *mal* que sempre dure.

3

“É minha opinião que não se deve dizer mal de ninguém, e ainda menos da polícia. A polícia é uma instituição necessária à ordem e à vida da cidade.” (Machado de Assis, *A Semana* – 1871)

Nesse texto, Machado emprega corretamente o acento grave indicativo da crase; a frase abaixo em que esse mesmo acento está empregado de forma adequada é:

- (A) Os clientes pagaram a compra à crédito;
- (B) A ordem é necessária à todo grupo social;
- (C) Ninguém abandonou o local à correr;
- (D) O motorista deu à documentação ao policial;
- (E) Todos os policiais saíram à mesma hora.

4

Um escritor americano é autor da seguinte frase: “Não grite por socorro à noite. Pode acordar os vizinhos.”

Tal frase apresenta um problema textual, que é:

- (A) a falta de coerência;
- (B) a inadequação vocabular;
- (C) a pontuação equivocada;
- (D) a ausência de coesão;
- (E) o desrespeito à norma culta.

5

“Scotland Yard é o Departamento de Investigações Criminais da Polícia Metropolitana de Londres. Seu nome vem do nome da rua onde funcionou seu primeiro quartel central e onde, por outro lado, localizou-se o palácio que utilizavam os reis da Escócia quando visitavam a Inglaterra.” (*Atrás das palavras*, Charlie Lopes)

O objetivo principal deste pequeno texto é:

- (A) informar aos leitores o que é a Scotland Yard;
- (B) retirar de circulação informações erradas;
- (C) justificar a denominação da instituição;
- (D) divulgar informações turísticas interessantes;
- (E) localizar a sede da Scotland Yard.

6

“Scotland Yard é o Departamento de Investigações Criminais da Polícia Metropolitana de Londres. Seu nome vem do nome da rua onde funcionou seu primeiro quartel central e onde, por outro lado, localizou-se o palácio que utilizavam os reis da Escócia quando visitavam a Inglaterra.” (*Atrás das palavras*, Charlie Lopes)

A afirmação correta sobre um dos termos sublinhados é:

- (A) *Seu* se refere à Polícia Metropolitana de Londres;
- (B) a primeira ocorrência de *onde* se refere à cidade de Londres;
- (C) *quartel* não aparece citada anteriormente, mas se liga a *polícia*;
- (D) a segunda ocorrência de *onde* se refere a *primeiro quartel central*;
- (E) o relativo *que* tem por antecedente *quartel central*.

7

O célebre escritor Emerson declarou certa vez: “Cometa um crime e tu descobrirás como o mundo é de vidro.”

Para que essa frase esteja enquadrada na norma culta da língua, a forma que lhe devemos dar é:

- (A) Comete um crime e você descobrirá como o mundo é de vidro;
- (B) Cometa um crime e tu vais descobrir como o mundo é de vidro;
- (C) Comete um crime e você vai descobrir como o mundo é de vidro;
- (D) Comete um crime e tu descobrirás como o mundo é de vidro;
- (E) Cometa um crime e descobrirás como o mundo é de vidro.

8

Todas as frases abaixo têm o crime como tema; a frase em que se apresenta uma visão positiva do crime é:

- (A) O crime não compensa;
- (B) Vivemos numa época de igualdade. Hoje em dia, por exemplo, todas as classes são criminosas;
- (C) Não entendo como alguns escolhem o crime, quando há tantas maneiras legais de ser desonesto;
- (D) O crime é a extensão lógica de um tipo de comportamento perfeitamente respeitável no mundo dos negócios;
- (E) Há muitos anos cheguei à conclusão de que quase todo crime se deve a um desejo reprimido de expressão estética.

Texto 1

“A instituição policial brasileira, segundo documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, data de 1530, quando da chegada de Martim Afonso de Sousa enviado ao Brasil – Colônia por D. João III. A pesquisa histórica revela que no dia 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil. A partir de então a instituição policial brasileira passou por seguidas reformulações nos anos de 1534, 1538, 1557, 1565, 1566, 1603, e, assim, sucessivamente. Somente em 1808, com a chegada do príncipe Dom João ao Brasil, a polícia começou a ser estruturada, comandada por um delegado e composta por escrivães e agentes.”

9

No texto 1, o trecho “segundo documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro” tem a função de:

- (A) mostrar a antiguidade da instituição;
- (B) indicar a importância histórica da polícia;
- (C) revelar a fonte de informação do texto;
- (D) dar credibilidade ao que é dito a seguir;
- (E) valorizar a preservação de documentos.

10

Os termos sublinhados no texto 1 são conectores, ou seja, ligam partes do texto; a opção abaixo em que o valor semântico de um desses termos NÃO está corretamente indicado é:

- (A) segundo = conformidade;
- (B) quando = tempo;
- (C) como = conformidade;
- (D) assim = modo;
- (E) com = companhia.

11

“A pesquisa histórica revela que no dia 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil.”

Nesse segmento do texto 1, a pontuação mais adequada seria:

- (A) A pesquisa histórica revela que, no dia 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse, nas terras conquistadas do Brasil.
- (B) A pesquisa histórica revela: que no dia 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse, nas terras conquistadas do Brasil.
- (C) A pesquisa histórica revela que no dia 20 de novembro de 1530 a polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo justiça, e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil.
- (D) A pesquisa histórica revela que, no dia 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciava as suas ações: promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse, nas terras conquistadas do Brasil.
- (E) A pesquisa histórica revela, que no dia 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo justiça, e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse, nas terras conquistadas do Brasil.

12

Rui Barbosa disse certa vez que “As leis que não protegem o nosso adversário não podem nos proteger”.

Isso mostra que as leis:

- (A) contrariam, muitas vezes, a justiça;
- (B) defendem sobretudo os mais fortes;
- (C) devem ser as mesmas para todos;
- (D) mostram dificuldades em sua aplicação;
- (E) servem para a proteção social.

13

A frase abaixo em que há ERRO no emprego ou na ausência do artigo definido é:

- (A) Não importa se o gato é preto ou branco, desde que ele pegue os ratos;
- (B) As grandes ideias sempre encontram os homens que as procuram;
- (C) As ideias concordam bem mais entre si do que os homens;
- (D) Todo o dia em que se trabalha é um dia perdido;
- (E) A virtude premeditada é a virtude do vício.

14

“As pessoas mais felizes são aquelas que não têm nenhuma razão específica para serem felizes, exceto pelo fato que elas são”.

A correção mais adequada para essa frase é:

- (A) As pessoas mais felizes, são aquelas que não têm nenhuma razão específica para serem felizes, exceto pelo fato de que elas são;
- (B) As pessoas mais felizes são aquelas que não têm nenhuma razão específica para serem felizes exceto pelo fato que elas são;
- (C) São mais felizes aquelas pessoas que não têm nenhuma razão específica para serem felizes, exceto pelo fato que elas são;
- (D) As pessoas mais felizes são aquelas que não têm nenhuma razão específica para ser felizes, exceto pelo fato que elas são;
- (E) As pessoas mais felizes são aquelas que não têm nenhuma razão específica para ser felizes, exceto pelo fato de que elas são.

15

“A Polícia Civil cumpriu, nesta quinta-feira (19), dois mandados de prisão na zona leste de Porto Alegre contra ladrões de veículos. Um deles, que havia rompido tornozeleira eletrônica após ter progredido de regime, foi recapturado no bairro Glória e, segundo a investigação, seguia cometendo crimes.”

A substituição proposta para um segmento desse texto que se mostra adequada é:

- (A) cumpriu / tem cumprido;
- (B) dois mandados / dois mandatos;
- (C) um deles / um dos quais;
- (D) havia rompido / rompera;
- (E) foi recapturado / recapturou-se.

16

A opção em que o termo *onde* está bem empregado é:

- (A) Não importa onde a polícia vá, ela será sempre bem-vinda;
- (B) Não sei onde vou, mas quero chegar bem;
- (C) Onde quer que você esteja, este deve ser o seu ponto de partida;
- (D) Queria saber onde você quer chegar;
- (E) Onde você quer dirigir-se após o almoço?

17

Confúcio disse: “Há três métodos para ganhar sabedoria: primeiro, por reflexão, que é o mais nobre; segundo, imitando-se, que é o mais fácil; e terceiro, por experiência, que é o mais amargo”.

Propomos, a seguir, algumas substituições para termos dessa frase; aquela que torna o texto mais adequado é:

- (A) sabedoria / a sabedoria;
- (B) o mais nobre / o nobríssimo;
- (C) imitando-se / por imitação;
- (D) o mais fácil / o fácilimo;
- (E) por experiência / através da experiência.

18

Um dicionário de língua portuguesa registra o seguinte verbete: “Polícia e ladrão – Brincadeira infantil dramatizada em que dois grupos se perseguem, tentando os policiais aprisionar o maior número possível de ladrões, os quais, por sua vez, procuram rendê-los sob ameaça de armas.”

A afirmação abaixo que é INADEQUADA em relação ao conteúdo e forma desse texto é:

- (A) o adjetivo “dramatizada” significa que a brincadeira explora o lado trágico do combate polícia X ladrão;
- (B) a forma verbal “se perseguem” significa que policiais e ladrões se perseguem mutuamente;
- (C) as formas verbais “tentando” e “procuram” indicam as finalidades das ações, respectivamente, de policiais e ladrões;
- (D) o texto indica maior violência por parte dos ladrões que por parte dos policiais;
- (E) o segmento “sob ameaça de armas” indica o meio ou instrumento da ação dos ladrões.

19

É muito conhecida a frase “O crime não compensa”; se colocarmos a conjunção MAS após essa frase, uma complementação formalmente adequada será:

- (A) O crime não compensa, mas a pena pode ser demasiadamente longa;
- (B) O crime não compensa, mas todos preferem não cometê-lo;
- (C) O crime não compensa, mas o número de criminosos diminui a cada dia;
- (D) O crime não compensa, mas felizmente muitos criminosos são presos;
- (E) O crime não compensa, mas o lucro pode ser transitoriamente grande.

20

“A Polícia Civil cumpriu, nesta quinta-feira (19), dois mandados de prisão na zona leste de Porto Alegre contra ladrões de veículos. Um deles, que havia rompido tornozeleira eletrônica após ter progredido de regime, foi recapturado no bairro Glória e, segundo a investigação, seguia cometendo crimes.”

A afirmação abaixo que pode ser inferida após a leitura do texto é:

- (A) a utilização de tornozeleiras eletrônicas se tem revelado completamente inútil como medida punitiva;
- (B) a libertação de prisioneiros por progressão de regime é um incentivo à volta da vida criminosa;
- (C) a lei não pode evitar a volta de ladrões de veículos à vida do crime, já que as tornozeleiras eletrônicas são rompidas;
- (D) nem todos os criminosos que são libertados por progressão de regime voltam à vida do crime;
- (E) os criminosos que continuam sua vida criminosa, mesmo após soltura, são recapturados.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

21

A Figura 1 mostra uma placa retangular com 9 cm de base e 6 cm de altura. Dessa placa foram retirados quatro triângulos equiláteros de 3 cm de lado cada um, formando a Figura 2.

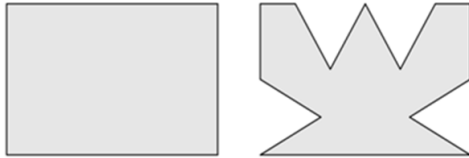


Figura 1

Figura 2

O perímetro da Figura 2, em cm, é:

- (A) 24;
- (B) 30;
- (C) 36;
- (D) 42;
- (E) 54.

22

Em um grupo de policiais civis há agentes e escrivães, sendo que 20% deles são escrivães e os demais são agentes. Dez escrivães saem do grupo e, agora, 96% dos policiais civis do grupo são agentes.

O número de escrivães que restaram no grupo é:

- (A) 2;
- (B) 4;
- (C) 6;
- (D) 8;
- (E) 10.

23

Sabe-se que 3 botas custam tanto quanto 5 sapatos e que 2 sapatos custam tanto quanto 3 chinelos.

O preço de uma bota em relação ao preço de um chinelo é:

- (A) 15% menor;
- (B) 15% maior;
- (C) 25% maior;
- (D) 150% maior;
- (E) 250% maior.

24

Mário, que mora sozinho, falava ao telefone com sua mãe a respeito do dia anterior:

Lavei a louça e não dormi tarde.

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Não lavei a louça e não dormi tarde;
- (B) Lavei a louça e dormi tarde;
- (C) Não lavei a louça e dormi tarde;
- (D) Não lavei a louça ou não dormi tarde;
- (E) Não lavei a louça ou dormi tarde.

25

O número de ocorrências em certa delegacia de polícia diminuiu 10% no primeiro semestre de 2020 em relação ao semestre anterior. Entretanto, no segundo semestre de 2020, o número de ocorrências aumentou 30% em relação ao semestre anterior.

Durante todo o ano de 2020 o número de ocorrências nessa delegacia aumentou em:

- (A) 10%;
- (B) 12%;
- (C) 15%;
- (D) 17%;
- (E) 20%.

26

Sabe-se que a sentença “Se a camisa é branca, então a calça é branca” é FALSA e a sentença “Se o sapato é preto, então a camisa não é branca” é VERDADEIRA.

É correto concluir que:

- (A) a camisa é branca, a calça não é branca e o sapato não é preto;
- (B) a camisa é branca, a calça não é branca e o sapato é preto;
- (C) a camisa não é branca, a calça é branca e o sapato não é preto;
- (D) a camisa não é branca, a calça é branca e o sapato é preto;
- (E) a camisa não é branca, a calça não é branca e o sapato é preto.

27

Em um grupo de esportistas, $\frac{1}{3}$ deles só gostam de vôlei e, dos demais, $\frac{2}{5}$ gostam de vôlei e também de basquete. Todos os esportistas desse grupo gostam de, pelo menos, um desses dois esportes.

Em relação ao total de membros desse grupo, a fração daqueles que só gostam de basquete é:

- (A) $\frac{2}{3}$;
- (B) $\frac{2}{5}$;
- (C) $\frac{3}{5}$;
- (D) $\frac{4}{15}$;
- (E) $\frac{1}{15}$.

28

Laura gostaria de comprar certo celular em promoção, mas não tinha no momento dinheiro suficiente. Ela disse:

Se tivesse o dobro do que tenho, ainda me faltariam 100 reais; se tivesse o triplo do que tenho, poderia comprar o celular e ainda me sobriariam 170 reais.

O preço do celular, em reais, era de:

- (A) 600;
- (B) 620;
- (C) 640;
- (D) 660;
- (E) 680.

29

Uma delegacia de polícia atende aos cidadãos todos os dias. O novo escrivão foi designado para fazer um relatório das atividades da delegacia de 4 em 4 dias.

Em cada relatório ele deve registrar as ocorrências do dia e dos três dias anteriores, e o primeiro relatório que ele fez foi num sábado.

O novo escrivão fez seu 40º relatório em uma:

- (A) segunda-feira;
- (B) terça-feira;
- (C) quarta-feira;
- (D) quinta-feira;
- (E) sexta-feira.

30

Em um campeonato de futebol, quando o TIMEX joga em casa, a probabilidade de ele ganhar o jogo é de 60%, mas quando ele joga fora de casa, a probabilidade de ele ganhar o jogo é de 50%.

Nos próximos três jogos do campeonato, o TIMEX jogará dois em casa e um fora de casa.

A probabilidade de o TIMEX ganhar pelo menos um desses três jogos é:

- (A) 30%;
- (B) 50%;
- (C) 75%;
- (D) 92%;
- (E) 95%.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

31

João preparou uma planilha que contém, nas colunas F e G, uma lista de códigos e nomes correspondentes. Os códigos das células F6, F7 e F8 são M001, M010 e M999, respectivamente. Nas células G6, G7 e G8, os nomes são Pedro, João e Maria, respectivamente.

João deseja construir uma fórmula na célula A12 de modo que nesta seja exibido o nome correspondente ao código que tenha sido digitado na célula A11.

Essa fórmula deve ser:

- (A) =PROCH(A11;F6:F8;2;0)
- (B) =PROC(A11;F6:G8;2;0)
- (C) =PROC(F6:G8;2,A11)
- (D) =PROCV(A11;F6:G8;2;0)
- (E) =PROCV(F6:G8;2;A11;0)

32

Nas configurações do Google Chrome, na seção de *Privacidade e Segurança*, a opção *Limpar dados de navegação* NÃO permite remover:

- (A) arquivos provenientes de download;
- (B) cookies e outros dados do site;
- (C) histórico de download;
- (D) histórico de navegação;
- (E) imagens e arquivos armazenados no cache.

33

As planilhas eletrônicas MS Excel e LibreOffice Calc permitem a especificação de fórmulas que incluem referências às células.

Nesse contexto, a fórmula localizada na célula A1 que estaria indevidamente construída é:

- (A) =soma(X1; D2:E4)
- (B) =soma(B1; Y2; T3; 10)
- (C) =soma(10;20)
- (D) =soma(Z12:X10)
- (E) =A10

34

Considere o mecanismo de busca avançada do MS Word aplicado num documento cujo conteúdo é exibido a seguir.

Bananas Batatas Baratas Barata Barraca

Suponha uma busca cujo texto a localizar é

Ba?ata*

e apenas a opção *Usar caracteres curinga* tenha sido assinalada.

A lista de palavras localizadas seria:

- (A) Batatas Baratas Barata;
- (B) Baratas Barata;
- (C) Barata;
- (D) Baratas;
- (E) vazia, pois nenhuma palavra teria sido localizada.

35

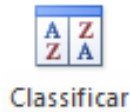
No Windows 10, o *Gerenciador de Tarefas* permite o monitoramento da utilização de recursos do sistema em termos de utilização e atividade.

A lista que contém apenas recursos monitorados por meio da guia *Desempenho* é:

- (A) Arquivos, CPU, Energia, Firewall;
- (B) Arquivos, CPU, Energia, Memória virtual;
- (C) CPU, Disco, Ethernet, Memória;
- (D) Disco, Ethernet, Memória, Impressão;
- (E) Disco, Firewall, Ethernet, Memória.

36

Considere as seguintes afirmativas a respeito do comando *Classificar*, disponível na guia *Dados* do MS Excel.



- I. É preciso que haja pelo menos uma célula preenchida para que esse comando seja executado.
- II. É preciso que haja pelo menos uma célula selecionada para que esse comando seja executado.
- III. As colunas podem ser ordenadas da esquerda para a direita.
- IV. As linhas são ordenadas de cima para baixo.
- V. O critério de ordenação de linhas pode incluir no máximo três colunas.

O número de afirmativas corretas é:

- (A) uma;
- (B) duas;
- (C) três;
- (D) quatro;
- (E) cinco.

37

Matheus está preparando um volumoso relatório no MS Word, no qual os cabeçalhos são diferentes entre si em pelo menos dez trechos do documento.

O recurso de edição que permite preparar o texto dessa forma é:

- (A) formatação condicional;
- (B) inserção de formas;
- (C) pincel de formatação;
- (D) quebras de seção;
- (E) referência cruzada.

38

Daniela frequentemente redige e edita documentos e, sempre que imprime algum deles, exibe no texto impresso o nome do arquivo, juntamente com a pasta onde está localizado e a data da última gravação.

Ao pesquisar, no LibreOffice Writer e no MS Word, sobre a disponibilidade de recursos de edição para automatizar totalmente essas informações, Daniela concluiu corretamente que:

- (A) somente o Word oferece esses recursos;
- (B) somente o Writer oferece esses recursos;
- (C) os dois oferecem esses recursos;
- (D) nos dois casos é preciso programar novas funções;
- (E) em nenhum dos dois isso é possível.

39

Computadores de mesa e notebooks requerem a instalação de um sistema operacional para funcionar.

Uma função que NÃO faz parte das atribuições de um sistema operacional como o Windows 10 é o gerenciamento de:

- (A) caixas postais de correio eletrônico;
- (B) discos rígidos;
- (C) impressoras e scanners;
- (D) memória;
- (E) tarefas e processos.

40

Sobre o uso de tabelas no MS Word e no LibreOffice Writer, considere as afirmativas a seguir.

- I. O Word permite que o conteúdo de uma célula seja uma tabela.
- II. O Writer permite que o conteúdo de uma célula seja uma tabela.
- III. O Writer permite inserir numa célula uma fórmula matemática que efetue cálculos a partir dos valores contidos em outras células.
- IV. O Writer permite a inclusão de uma imagem numa célula.

O número de afirmativas corretas é:

- (A) zero;
- (B) uma;
- (C) duas;
- (D) três;
- (E) quatro.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

41

Determinada gerente lidera uma equipe de cinco pessoas e percebe que o grupo está desmotivado e realiza o trabalho de forma desinteressada. Conversando com a equipe, percebeu que os membros consideram que seu trabalho é repetitivo e pouco variado e que não têm autonomia para realizá-lo. A gerente decidiu então introduzir mudanças nos cargos e nas atribuições da equipe, para estimular a motivação dos colaboradores.

Para tal, na situação descrita, seria mais eficaz adotar, de acordo com as teorias de motivação:

- (A) ampliação horizontal dos cargos;
- (B) abertura de canais de *feedback*;
- (C) combinação de tarefas;
- (D) estabelecimento de relações com os clientes;
- (E) formação de unidades naturais de trabalho.

42

Em uma organização, uma funcionária da área de RH foi recentemente promovida e recebeu a responsabilidade de coordenar um novo projeto. Na última reunião da área, seu chefe perguntou por que ela não havia respondido a um e-mail enviado para todos os colaboradores, sobre marcação de férias. A funcionária respondeu: "Estou tão focada no novo projeto que só tenho prestado atenção nas mensagens sobre esse assunto; não percebi o prazo para envio da resposta".

A barreira à comunicação que melhor explica o que pode ter havido é:

- (A) filtragem;
- (B) percepção seletiva;
- (C) sobrecarga de informação;
- (D) ancoragem;
- (E) *feedback* inadequado.

43

A estrutura funcional – que resulta do agrupamento das atividades com base na similaridade de tarefas, habilidades, uso de recursos e conhecimentos necessários para o desempenho de cada função – foi estudada por autores como Fayol e amplamente adotada pelas organizações, desde o fim do século XIX. A estrutura funcional tem desvantagens conhecidas, como a dificuldade de coordenação entre os departamentos funcionais.

No entanto, essa estrutura apresenta vantagens, tais como:

- (A) promover a descentralização da tomada de decisão;
- (B) estimular uma visão ampla e sistêmica sobre os objetivos organizacionais;
- (C) facilitar respostas rápidas às mudanças no ambiente;
- (D) favorecer a avaliação do desempenho e da contribuição das diversas unidades para o negócio;
- (E) facilitar a coordenação dentro das áreas funcionais.

44

Uma organização constatou que existe grande desperdício de recursos e pouca eficiência em seus processos internos. Assim, a direção decidiu aprimorar o controle no nível operacional com uso de indicadores.

Para tal, seria, entre outros, um indicador adequado:

- (A) alavancagem financeira;
- (B) liquidez corrente;
- (C) número total de empregados;
- (D) participação no mercado;
- (E) índice de retrabalho.

45

Em um órgão público, um funcionário assumiu a gerência da área em que trabalhava há oito anos. A promoção foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que reconheceram o mérito do novo gerente. A equipe desempenha tarefas estruturadas e trabalha com metas bem definidas. O novo gerente terá autonomia para recompensar o bom desempenho dos subordinados, bem como solicitar substituições de funcionários que não apresentem bons resultados.

Na situação descrita, pela teoria da liderança contingencial de Fiedler, o estilo de liderança mais eficaz será o:

- (A) persuasivo;
- (B) transformacional;
- (C) diretivo;
- (D) orientado para o relacionamento;
- (E) orientado para a tarefa.

46

A área financeira de uma organização está enfrentando problemas em seus processos internos, como erros nos pagamentos a fornecedores e nos registros da tesouraria. O diretor da área considera que seria importante adotar controles preventivos e controles posteriores, a fim de evitar que os problemas continuem.

São formas de controle preventivo e posterior, respectivamente:

- (A) supervisão direta; auditoria;
- (B) estabelecimento de limites de alçada; testes de seleção de recursos humanos;
- (C) definição de regras para autorização de pagamentos; demonstrativos financeiros;
- (D) avaliação de desempenho dos funcionários; relatórios de resultado contábil;
- (E) *balanced scorecard*; inspeção de matérias-primas e insumos.

47

Um gerente da área de TI recebeu a incumbência de definir os objetivos e as metas dos funcionários da área, bem como de avaliar o desempenho dos membros de sua equipe.

Ao realizar essas atribuições, o gerente exerce, respectivamente, as seguintes funções administrativas:

- (A) organização; controle;
- (B) planejamento; direção;
- (C) planejamento; controle;
- (D) direção; controle;
- (E) direção; organização.

48

A descrição das atribuições de um cargo de nível gerencial em uma organização inclui: distribuir as atividades e os recursos necessários a sua realização pela equipe de trabalho; identificação de projetos que representem oportunidades de desenvolvimento de negócios; orientar e motivar a equipe para o atingimento dos objetivos organizacionais.

Essas atividades estão relacionadas aos seguintes papéis do administrador, respectivamente:

- (A) decisório, de administrador de recursos; decisório, de empreendedor; interpessoal, de líder;
- (B) decisório, de líder; decisório, de administrador de recursos; interpessoal, de solucionador de conflitos;
- (C) interpessoal, de líder; informacional, de monitor; interpessoal, de negociador;
- (D) informacional, de monitor; decisório, de líder; interpessoal, de elemento de ligação;
- (E) informacional, de administrador de recursos; informacional, de empreendedor; interpessoal, de monitor.

49

Um órgão público decidiu rever sua estrutura organizacional, como forma de dar suporte a novas orientações relativas a sua missão institucional. Um grupo foi designado para desenhar a nova estrutura.

Nesse processo de definição da estrutura organizacional, será preciso tomar decisões acerca de elementos básicos, tais como:

- (A) metas de desempenho para as áreas;
- (B) amplitude de controle;
- (C) desenho do sistema de controle;
- (D) portfólio de produtos e serviços;
- (E) indicadores de desempenho das áreas.

50

Em um processo seletivo, o responsável pelas entrevistas de seleção perguntou a um candidato o que o motivava a trabalhar na organização. O candidato respondeu: "tenho amigos que trabalham aqui e sei que o ambiente de trabalho é muito bom e há muita interação entre os funcionários; além disso, a jornada de trabalho é menor que a do meu trabalho atual, que é muito longa e exaustiva".

Segundo a hierarquia das necessidades de Maslow, a motivação do candidato é satisfazer necessidades do tipo:

- (A) sociais; fisiológicas;
- (B) de estima; de segurança;
- (C) sociais; de segurança;
- (D) de autorrealização; fisiológicas;
- (E) de estima; fisiológicas.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE

51

O contador de uma empresa registrou diretamente em uma conta de resultado (despesa) a aquisição de material de expediente para estoque, que só deveria ser baixado como despesa quando requisitado.

Para efetuar a retificação do lançamento contábil, deve-se realizar um(a):

- (A) compensação;
- (B) complementação;
- (C) estorno total;
- (D) estorno parcial;
- (E) transferência.

52

Na lógica patrimonial, a aquisição de material de expediente para estoque, com pagamento à vista, é considerada como um fato contábil:

- (A) modificativo aumentativo;
- (B) modificativo diminutivo;
- (C) misto;
- (D) misto aumentativo;
- (E) permutativo.

53

A referência à riqueza líquida de uma entidade pode ser associada:

- (A) à sua capacidade de liquidez imediata;
- (B) ao montante de ativos realizáveis no exercício financeiro;
- (C) aos valores liquidados com capital próprio;
- (D) ao montante dos ativos deduzido dos passivos;
- (E) ao capital social liquidado pelos proprietários.

54

A elaboração de um plano de contas para uma entidade requer a definição de elementos considerados essenciais para a definição da conta, tais como nome, função, funcionamento e natureza.

Quanto à natureza, um exemplo de conta devedora é:

- (A) fornecedores;
- (B) estoque;
- (C) capital social;
- (D) impostos a pagar;
- (E) financiamentos.

Texto 1

Em 01/07/2020, a Cia. Alfa contratou um seguro para a sua frota de veículos, com cobertura de um ano a partir da contratação, no valor de R\$ 90.000,00, que foram pagos à vista na assinatura do contrato.

55

No registro dessa transação (texto 1), o lançamento a débito será em uma conta de:

- (A) ajustes patrimoniais;
- (B) ativo;
- (C) despesa;
- (D) passivo;
- (E) perda.

56

Ao final do exercício de 2020 (texto 1), a despesa com seguros da frota de veículos apresentada na demonstração do resultado do exercício da Cia. Alfa deverá totalizar:

- (A) R\$ 90.000,00;
- (B) R\$ 45.000,00;
- (C) R\$ 37.500,00;
- (D) R\$ 7.500,00;
- (E) R\$ 0,00.

Texto 2

A Cia. Beta adquiriu um veículo em 01/01/2016 pelo valor de R\$ 60.000,00. A Cia. Beta pretende usar o veículo por 5 anos e aliená-lo após esse período por 20% do valor de aquisição, que representa o valor residual.

57

O lançamento contábil da depreciação desse veículo (texto 2) deve ser feito a partir das seguintes contas:

- (A) D – Ajustes patrimoniais
C – Veículos
- (B) D – Depreciação acumulada
C – Despesa com depreciação
- (C) D – Despesa com depreciação
C – Depreciação acumulada
- (D) D – Despesa com depreciação
C – Veículos
- (E) D – Veículos
C – Ajustes patrimoniais

58

Ao final do primeiro ano de uso, o valor contábil do veículo adquirido pela Cia. Beta (texto 2) representa:

- (A) R\$ 50.400,00;
- (B) R\$ 48.000,00;
- (C) R\$ 38.400,00;
- (D) R\$ 12.000,00;
- (E) R\$ 9.600,00.

59

Na apresentação da Demonstração de Resultado de Exercício (DRE), o Resultado Bruto é apurado pela subtração entre:

- (A) receita bruta e custo das mercadorias vendidas;
- (B) receita bruta e deduções da receita;
- (C) receita bruta e despesas operacionais;
- (D) receita líquida e custo das mercadorias vendidas;
- (E) receita líquida e despesas operacionais.

60

No Balanço Patrimonial, as contas do Ativo são organizadas em dois grandes grupos, de acordo com o prazo de realização destas no ciclo operacional da entidade.

Em geral, itens adquiridos para estoque com o objetivo de comercialização devem ser classificados como:

- (A) ativo circulante;
- (B) ativo realizável a longo prazo;
- (C) custo das mercadorias vendidas;
- (D) despesas antecipadas;
- (E) investimentos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

61

O diretor da recém criada unidade prisional XX, vinculada ao Estado Alfa, expediu ofício ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária, seu superior hierárquico, solicitando a designação de agentes da área de segurança pública para realizarem a segurança da unidade, isso em razão do risco de que fosse atacada por forças hostis.

À luz da sistemática constitucional, os referidos agentes devem integrar a:

- (A) polícia militar, e a solicitação foi corretamente direcionada ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária;
- (B) polícia penal, e a solicitação foi corretamente direcionada ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária;
- (C) polícia penal, mas a solicitação deveria ser direcionada ao Secretário de Estado de Segurança Pública;
- (D) polícia civil, mas a solicitação deveria ser direcionada ao Secretário de Estado de Segurança Pública;
- (E) polícia militar, mas a solicitação deveria ser direcionada ao Governador.

62

Joana, profissional muito competente, com sólida formação acadêmica e larga experiência profissional, foi convidada pelo Governador do Estado Beta para atuar em um órgão público, exercendo competências de vital importância para o interesse público e que exigiam uma atuação contínua.

Instada a se pronunciar, a assessoria jurídica informou corretamente que Joana poderia ser nomeada diretamente, sem prévia aprovação em concurso público:

- (A) para um cargo de provimento efetivo, um cargo em comissão ou uma função de confiança;
- (B) apenas para um cargo de provimento efetivo ou um cargo em comissão;
- (C) apenas para um cargo em comissão ou uma função de confiança;
- (D) apenas para uma função de confiança;
- (E) apenas para um cargo em comissão.

63

Após um amplo estudo, as autoridades competentes constataram que uma extensa área de terras públicas, pertencente ao Estado Alfa e sem destinação específica, mostrava-se indispensável à preservação de um importante ecossistema natural.

À luz da sistemática constitucional, as terras assim descritas são consideradas:

- (A) suscetíveis de discriminação, tornando-se indisponíveis com a averbação no registro de imóveis;
- (B) abandonadas, podendo ser alienadas pelo Estado, mas sendo insuscetíveis de usucapião;
- (C) afetadas a um fim público, somente podendo ser alienadas após a sua desafetação;
- (D) de uso especial, não podendo ser alienadas;
- (E) devolutas, sendo indisponíveis.

64

João, com 17 anos, 11 meses e 29 dias de idade, fisicamente desenvolvido e plenamente consciente dos seus atos, foi conduzido à delegacia de polícia por ter sido detido no momento em que praticava uma conduta que se enquadrava em descrição típica do Código Penal Brasileiro, à qual era cominada pena mínima de 3 anos de reclusão e cuja persecução penal se iniciava mediante ação penal pública.

Nesse caso, à luz da sistemática constitucional vigente, João:

- (A) responderá por ato infracional e, por força do princípio da paridade, sofrerá medida privativa de liberdade por prazo idêntico à pena cominada ao crime;
- (B) responderá por ato infracional e, caso sofra medida privativa de liberdade, devem ser observados os princípios da brevidade e da excepcionalidade;
- (C) responderá por crime, considerando a sua condição física e plena consciência dos atos praticados, mas não poderá sofrer a pena de reclusão;
- (D) responderá por crime, considerando a data provável de início da persecução penal, mas deverá ser recolhido em cela separada;
- (E) não responderá pela conduta, considerando a pena cominada e a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

65

Maria, vereadora, que residia em área contígua a uma grande reserva florestal, observou que todos os dias, durante a noite, empregados de uma construtora promoviam o desmatamento da área. O objetivo, segundo as informações que obteve, era o de permitir a construção de uma estrada.

Maria poderá ajuizar uma ação de natureza constitucional para impedir o desmatamento da área.

Essa ação é:

- (A) a reclamação constitucional;
- (B) o mandado de segurança;
- (C) o mandado de injunção;
- (D) a ação civil pública;
- (E) a ação popular.

66

A Constituição do Estado Alfa, com o objetivo de uniformizar a forma de organização e prestação do serviço público de transporte coletivo municipal, estabeleceu os requisitos a serem observados pelos Municípios na sua exploração, direta ou indireta.

Considerando a divisão constitucional de competências, é correto afirmar que a Constituição do Estado Alfa:

- (A) pode disciplinar a matéria, mas suas normas só são vinculantes para os Municípios integrantes do pacto estadual;
- (B) pode apenas estabelecer as normas gerais sobre a matéria, que deve ser objeto de detalhamento por cada Município;
- (C) pode disciplinar a matéria, pois tem função uniformizadora e os Municípios estão sujeitos às suas normas;
- (D) somente pode disciplinar a matéria caso a União tenha editado lei complementar delegando essa competência;
- (E) não pode disciplinar a matéria, por ser de competência legislativa dos Municípios.

67

Os partidos políticos Alfa e Beta decidiram celebrar uma coligação para as eleições, de modo a potencializar as chances dos seus candidatos.

Suas assessorias jurídicas, considerando a sistemática constitucional vigente, ressaltaram que essas coligações poderiam ser celebradas:

- (A) nas eleições majoritárias e nas proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal;
- (B) apenas nas eleições majoritárias, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal;
- (C) apenas nas eleições proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal;
- (D) apenas nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal;
- (E) apenas nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

68

Marie, integrante de uma tradicional família francesa, nascida e criada em Paris, deseja viver no Brasil e seguir a carreira política. Para decidir que planos traçaria, estabeleceu contato com um advogado brasileiro, que lhe informou corretamente que:

- (A) não teria direitos políticos, mas poderia fruir os direitos fundamentais compatíveis com sua condição de estrangeira;
- (B) poderia fruir os direitos políticos que somente exigiam a condição de cidadão, não a nacionalidade brasileira;
- (C) apenas a aquisição da nacionalidade lhe permitiria fruir os direitos políticos e os direitos fundamentais;
- (D) apenas a aquisição da cidadania lhe permitiria fruir os direitos políticos e os direitos fundamentais;
- (E) por ser estrangeira, não lhe seriam assegurados direitos políticos ou direitos fundamentais.

69

O governador do Estado solicitou à sua assessoria que priorizasse, na proposta orçamentária para o próximo exercício financeiro, as áreas de atuação afetas à seguridade social.

A assessoria, corretamente, priorizou as áreas de:

- (A) saúde, educação, previdência social, segurança pública e assistência social;
- (B) saúde, educação, segurança pública e assistência social;
- (C) saúde, educação, previdência social e segurança pública;
- (D) saúde, previdência social e assistência social;
- (E) segurança pública.

70

João, brasileiro nato, e Pedro, brasileiro naturalizado, foram acusados e condenados pela prática de um crime no País Beta, que solicitou a extradição de ambos ao Estado brasileiro.

À luz da sistemática constitucional vigente:

- (A) apenas Pedro pode ser extraditado, caso se trate de crime comum praticado antes da naturalização ou de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;
- (B) João pode ser extraditado, caso se trate de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei, ou de crimes contra a humanidade;
- (C) apenas Pedro pode ser extraditado, caso se trate de crime comum praticado antes da naturalização;
- (D) João e Pedro não podem ser extraditados, qualquer que seja o crime praticado;
- (E) João e Pedro podem ser extraditados, qualquer que seja o crime praticado.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

71

Victor abordou um grupo de três pessoas que estava no interior de um coletivo e, mediante grave ameaça, subtraiu os pertences que elas carregavam.

Diante dos fatos narrados, considerando o instituto do concurso de crimes e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, Victor praticou:

- (A) três crimes de roubo, em concurso material, devendo ter as penas dos crimes somadas;
- (B) três crimes de roubo, em concurso formal impróprio, aplicando-se a regra da exasperação;
- (C) três crimes de roubo, em concurso formal próprio, devendo ter a pena de um deles aumentada;
- (D) três crimes de roubo na forma continuada, devendo ter a pena de um deles aumentada;
- (E) um único crime, devendo responder por roubo simples.

72

Kevin foi preso pela prática do crime de lesão corporal grave (Art. 129, §1º, inciso I, do CP), com pena de reclusão de 1 a 5 anos.

Considerando o crime praticado por Kevin, a fiança:

- (A) não poderá ser fixada pela autoridade policial, mas tão só pelo magistrado, pois relevante para tal definição a pena máxima prevista em abstrato e não a mínima;
- (B) poderá ser fixada pela autoridade policial, em razão da pena mínima cominada ao delito praticado;
- (C) não poderá ser concedida em nenhuma espécie, considerando a pena em abstrato do delito, ainda que não tenha natureza de crime hediondo;
- (D) não poderá ser substituída, uma vez fixada, por liberdade provisória ou dispensada pelo magistrado, ainda que se trate de acusado economicamente pobre;
- (E) não poderá ser concedida na delegacia nem em juízo, por tratar-se de crime equiparado a hediondo.

73

Joana caminhava pela rua, quando percebeu que um cachorro de grande porte se desvencilhou da coleira de seu dono e correu ferozmente em direção a uma criança que brincava na calçada. Com o objetivo de proteger a criança, Joana atirou uma pedra na cabeça do animal, que veio a falecer.

Considerando os fatos acima, Joana agiu em:

- (A) estado de necessidade, que afasta a culpabilidade de sua conduta;
- (B) legítima defesa de terceiro, que afasta a tipicidade de sua conduta;
- (C) estado de necessidade, que afasta a ilicitude de sua conduta;
- (D) legítima defesa de terceiro, que afasta a ilicitude de sua conduta;
- (E) estado de necessidade, que afasta a tipicidade de sua conduta.

74

Joyce, apresentando-se como agente de viagens, em 04/02/2021, ofertou ao casal Jane e Marcelo pacote turístico para um cruzeiro. Eles se interessaram pela oferta e efetuaram o pagamento de parte do valor do pacote a título de sinal. Sem qualquer notícia nos dias seguintes, Jane e Marcelo tentaram entrar em contato com Joyce, mas não obtiveram êxito, pois o endereço e o número de telefone constantes do cartão de visitas disponibilizado eram falsos. Diante disso, compareceram à delegacia para registrar a ocorrência.

Considerando o acima narrado e que o dolo inicial de Joyce restou evidenciado, o fato por ela praticado tipifica o crime de:

- (A) furto simples, de ação penal pública condicionada;
- (B) estelionato, que depende de representação das vítimas;
- (C) apropriação indébita, de ação penal pública incondicionada;
- (D) furto mediante fraude, de ação penal pública incondicionada;
- (E) estelionato, que independe de representação das vítimas.

75

Durante uma festa de confraternização, Bartolomeu escuta Fred, o dono da residência, comentar que havia perdido um valioso cordão de ouro. No meio da festa, ao se abaixar para amarrar o sapato, Bartolomeu nota que o cordão que Fred disse ter perdido está embaixo do sofá, e o pega para si sem ser notado.

Nessas condições, a conduta de Bartolomeu configura:

- (A) crime de furto;
- (B) crime de receptação;
- (C) conduta atípica penalmente;
- (D) crime de apropriação indébita;
- (E) crime de apropriação de coisa achada.

76

Após instauração de inquérito policial para apurar a prática de crime de homicídio, foi obtida a informação de que o veículo identificado por testemunhas como tendo sido utilizado pelo autor do delito encontrava-se estacionado na garagem de determinada residência.

Sobre a busca e apreensão domiciliar do veículo, é correto afirmar que:

- (A) exige prévia deflagração de ação penal;
- (B) a presença física do morador é indispensável, ainda que exista ordem judicial;
- (C) a medida poderá ser realizada no período noturno, caso haja consentimento do morador;
- (D) a coisa apreendida ficará sob custódia do seu dono, que deverá apresentá-la à autoridade policial quando solicitada;
- (E) o mandado, que é indispensável diante da ausência de flagrante, deverá mencionar o local da diligência, não sendo necessária a indicação do seu motivo.

77

Nervosos após serem encaminhados à delegacia em razão de uma briga de rua, Kayke e Pedro, ambos com 18 anos, em comunhão de ações e desígnios, mediante ameaça ao funcionário Arthur, quebraram duas cadeiras que eram bens do patrimônio público. Após os ânimos se acalmarem, Arthur prestou declarações sobre o ocorrido. afirmou ter interesse em ver Pedro responsabilizado criminalmente pelos seus atos, mas não Kayke, pois o reconheceu como jovem e promissor jogador das categorias de base do time de futebol para o qual torcia.

Considerando apenas as informações expostas, a autoridade policial, ao reconhecer a prática do crime de dano qualificado:

- (A) não poderia lavrar auto de prisão em flagrante em relação aos dois jovens, pois houve renúncia ao direito de representação em relação a Kayke e esse se estende a todos os autores do fato;
- (B) não poderia lavrar auto de prisão em flagrante em relação aos dois jovens, pois houve perdão do ofendido em relação a Kayke e esse se estende a todos os autores do fato, desde que aceito;
- (C) não poderia lavrar auto de prisão em flagrante em relação a Kayke, pois houve renúncia ao direito de representação, mas poderia lavrar em relação a Pedro;
- (D) poderia lavrar auto de prisão em flagrante em relação a Pedro, mas não em relação a Kayke, considerando que houve perdão do ofendido;
- (E) poderia lavrar auto de prisão em flagrante em relação aos dois autores do fato, considerando que a vontade de Arthur não é relevante para tal fim.

78

No curso de investigação policial, após a colheita dos elementos de informação, foi apurado que Robson praticou o crime de homicídio contra Marcelo e que o agente planejava fugir do país para evitar responder pelo crime.

Considerando o fato narrado, Robson poderá ser preso:

- (A) em flagrante exclusivamente pela autoridade policial;
- (B) em flagrante pela autoridade policial ou por qualquer do povo;
- (C) preventivamente, por ordem da autoridade judiciária competente, que, contudo, não poderá decidir de ofício;
- (D) temporariamente, de ofício ou após requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial;
- (E) preventivamente, por ordem da autoridade policial responsável pelo inquérito ou por decisão judicial, de ofício ou a requerimento do Ministério Público.

79

A Lei nº 9.296/1996 (Lei de Interceptação Telefônica) disciplina o procedimento de interceptação telefônica, tratando-se de medida cautelar probatória.

A referida medida:

- (A) pode ser decretada pelo juiz, durante o inquérito, de ofício ou após representação da autoridade policial, por prazo indeterminado se o crime for de natureza hedionda;
- (B) não admite prorrogação, caso fixada pelo prazo inicial de quinze dias;
- (C) pode ser requerida e deferida diretamente pelo juiz com base exclusivamente em denúncia anônima;
- (D) pode ser deferida independentemente da espécie de sanção penal cominada ao crime investigado;
- (E) não será admitida quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.

80

Cássio, com a intenção de matar Patrício, efetua disparo de arma de fogo em sua direção, que atinge seu braço e o faz cair no chão. Enquanto caminha na direção de Patrício para efetuar novo disparo, Cássio percebe a aproximação de policiais e se evade do local, deixando Patrício apenas com o ferimento no braço.

Considerando os fatos narrados, Cássio deverá responder pelo crime de:

- (A) tentativa de homicídio;
- (B) tentativa de homicídio, com diminuição da pena pela desistência voluntária;
- (C) lesão corporal, pois houve desistência voluntária;
- (D) tentativa de homicídio, com diminuição da pena pelo arrependimento eficaz;
- (E) lesão corporal, pois houve arrependimento eficaz.

81

O inquérito policial é procedimento administrativo que possui características próprias destacadas pela doutrina e pela jurisprudência.

Com relação ao tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Pode ser instaurado de ofício ou a requerimento, tanto nos crimes de ação pública quanto nos de ação privada, mas o oferecimento da ação penal dependerá da vontade da vítima nesse último caso.

II. Contra a decisão que indefere o seu requerimento de abertura, cabe recurso ao Poder Judiciário.

III. Pode ser requerida sua abertura, ainda que não seja possível identificar o autor do fato naquele momento.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) II;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

82

De acordo com a doutrina, em que pese prevaleça no direito processual penal brasileiro o sistema acusatório, algumas características típicas do sistema inquisitório ainda são encontradas disciplinadas no Código de Processo Penal, em especial sobre o tema prova.

Em relação a tais aspectos, acerca do exame de corpo de delito, é correto afirmar que:

- (A) o laudo deverá ser produzido por dois peritos oficiais ou, caso não disponíveis, três pessoas idôneas com curso superior, de preferência na área relacionada;
- (B) a sua realização poderá ser suprida pela confissão do acusado, ainda que o crime deixe vestígio;
- (C) a prova testemunhal poderá suprir a falta do exame, caso este não seja possível por haverem desaparecido os vestígios;
- (D) o laudo deve ser produzido por perito isento, não admitindo a formulação de quesitos pelas partes;
- (E) o juiz, diante da natureza de prova pericial, ficará adstrito ao laudo, não podendo rejeitá-lo.

83

Jonas, agente policial de determinado estado, e seu primo Hélio, desempregado, subtraíram da delegacia na qual o primeiro exercia suas funções, computadores que haviam sido substituídos por equipamentos novos e que se encontravam guardados, tendo a dupla se aproveitado das facilidades decorrentes do cargo exercido por Jonas.

Ao tomar conhecimento dos fatos, a autoridade policial deverá reconhecer que Jonas praticou:

- (A) crime de peculato, devendo Hélio responder pelo mesmo delito;
- (B) crime de furto qualificado, assim como Hélio;
- (C) crime de peculato, enquanto Hélio responderá por peculato culposo;
- (D) crime de peculato, enquanto Hélio responderá por furto qualificado;
- (E) crime de peculato, enquanto Hélio responderá por furto simples.

84

Ao avistar policiais caminhando em sua direção, Alberto começou a correr no sentido oposto. Suspeitando da atitude de Alberto, os policiais iniciaram perseguição e acabaram por capturá-lo, encontrando com ele um aparelho celular, que o agente confessou haver furtado de um transeunte momentos atrás. A vítima chegou ao local e reconheceu Alberto como autor do fato praticado vinte minutos antes.

Considerando os fatos narrados, Alberto:

- (A) poderá ser preso em flagrante, desde que tenha havido prévia representação da vítima à autoridade policial, tendo direito a ser informado sobre o nome dos responsáveis por sua prisão;
- (B) deverá ser preso pelos policiais ou poderá ser preso em flagrante por qualquer um do povo, sendo encaminhado à autoridade policial para lavratura do auto de prisão em flagrante;
- (C) poderá ser preso, sendo desnecessária a apresentação de nota de culpa com o motivo da prisão diante da situação de flagrante;
- (D) poderá ser preso, sendo desnecessária a comunicação aos seus familiares ou pessoa por ele indicada, por estar em flagrante delito;
- (E) não poderá ser preso em flagrante, pois não estava cometendo o crime nem havia acabado de cometê-lo.

85

Andressa dirigia seu carro, em velocidade compatível com o local, quando, por desatenção, perdeu a direção do veículo e atropelou Zilda, que sofreu lesões gravíssimas. Cientificada do fato, a autoridade policial se dirigiu ao hospital da localidade, lá encontrando Andressa, que prontamente havia socorrido a vítima e aguardava a chegada de familiares desta. O exame de alcoolemia constatou que Andressa não havia feito uso de álcool ou entorpecentes. Em seu relatório de vida pregressa, constava a existência de uma única anotação relacionada também a crime de trânsito.

Tratando-se de delito de trânsito, ocorre que:

- (A) o crime praticado é de ação penal pública incondicionada;
- (B) a gravidade da lesão culposa praticada no contexto altera a tipificação da conduta de Andressa;
- (C) a autora não poderá ser presa em flagrante, por ter prestado pronto e integral socorro à vítima;
- (D) a autoridade policial poderá determinar, direta e cautelarmente, a suspensão da habilitação para dirigir de Andressa;
- (E) a autoridade policial poderá representar pela decretação da prisão preventiva em caso de reincidência específica de Andressa.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

86

No curso de determinado processo administrativo, Maria, escrivã de Polícia Civil, praticou ato administrativo de autorização de troca de móveis entre delegacias, que era de competência da chefe de departamento onde está lotada. Passados cinco meses da prática do ato, a irregularidade foi verificada pela delegada Joana, chefe do departamento, que detém competência para a prática do ato.

Constatando que não houve lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiro, e com objetivo de sanar o vício, Joana:

- (A) pode convalidar o ato, por meio da confirmação, cujos efeitos não retroagem à data de edição do ato originário;
- (B) não pode aproveitar o ato, porque se trata de nulidade absoluta por vício nos elementos forma e competência;
- (C) pode convalidar o ato, por meio da ratificação, cujos efeitos retroagem à data da edição do ato originário;
- (D) não pode aproveitar o ato, porque já se passaram mais de 120 dias, razão pela qual deve iniciar novo processo administrativo;
- (E) não pode aproveitar o ato, porque se trata de nulidade absoluta por vício no elemento competência, razão pela qual deve iniciar novo processo administrativo.

87

De acordo com a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte, compete ao Conselho Superior de Polícia Civil:

- (A) desenvolver ações de investigações voltadas especificamente para o combate ao crime praticado por organizações criminosas e levantar informações para o planejamento estratégico da ação policial no combate a tais organizações;
- (B) examinar e avaliar as propostas dos órgãos da Polícia Civil, em função dos planos e programas de trabalho previstos para cada exercício financeiro, atinentes à expansão de recursos humanos e à aquisição de materiais e equipamentos;
- (C) promover a lotação, a designação e a remoção dos integrantes dos quadros de pessoal de apoio, operacional e auxiliar da Polícia Civil e indicar os titulares dos cargos e das funções de confiança do respectivo quadro da Polícia Civil;
- (D) promover a divulgação, nos órgãos policiais da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED), de informações e estudos sobre novas técnicas de prevenção e repressão à criminalidade, assistindo-os, quando necessário, na sua aplicação;
- (E) organizar e realizar concursos de habilitação para ingresso nos seus diferentes cursos de formação profissional, destinados ao preenchimento de vagas no quadro de policiais da SESED, e proceder à apuração dos requisitos exigidos para os candidatos inscritos.

88

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, é exercida, mediante controle externo, por excelência:

- (A) pelo Poder Judiciário, ao qual compete analisar de ofício a constitucionalidade e a legalidade na aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado à Polícia Civil;
- (B) pela Controladoria Geral do Estado, à qual compete fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado à Polícia Civil e aplicar as correlatas sanções administrativas e civis;
- (C) pela Procuradoria Geral do Estado, com auxílio da Corregedoria, à qual compete apreciar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões de policiais civis como escrivães e agentes;
- (D) pelo Ministério Público Estadual, ao qual compete aplicar diretamente aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, como multa proporcional ao dano causado ao erário;
- (E) pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete, por exemplo, apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de policiais civis como escrivães e agentes.

89

João, ocupante do cargo efetivo de agente de Polícia Civil no Estado Alfa, acaba de ser eleito para exercer o mandato de prefeito no Município Beta.

De acordo com o texto da Constituição da República de 1988 sobre a matéria, para que possa legalmente exercer a chefia do Executivo municipal, João:

- (A) será exonerado do cargo efetivo e perceberá a remuneração, por subsídio, referente ao cargo de prefeito;
- (B) acumulará os cargos eletivo e efetivo, mas perceberá só a remuneração, por subsídio, referente ao cargo de prefeito;
- (C) será afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- (D) perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários;
- (E) será afastado do cargo efetivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento, e perceberá o subsídio de prefeito.

90

João, delegado titular de certa delegacia, editou uma ordem de serviço, com a finalidade de distribuir e ordenar o serviço interno da DP, definindo que o setor X, composto pelos agentes de Polícia Civil A, B, C e D, é responsável por determinadas atividades.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o citado ato administrativo ordinatório praticado por João decorre do poder administrativo:

- (A) disciplinar, que lhe permite praticar atos normativos internos com eficácia restrita àquela delegacia;
- (B) hierárquico, que é um poder de estruturação interna da atividade pública;
- (C) disciplinar, que lhe permite inovar no ordenamento jurídico no âmbito de sua circunscrição;
- (D) de polícia, que lhe permite organizar as rotinas administrativas necessárias à investigação criminal;
- (E) de polícia, que lhe permite organizar as rotinas operacionais próprias de polícia judiciária.

91

O Estatuto da Pessoa com Deficiência dispõe que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

O mencionado diploma legal considera discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência:

- (A) que está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa;
- (B) a qual não tem sua plena capacidade civil afetada, exceto para casar-se e constituir união estável;
- (C) a qual tem sua plena capacidade civil afetada, principalmente para exercer direitos sexuais e reprodutivos;
- (D) incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas;
- (E) excluindo casos que envolvam menores de 18 anos com deficiência, pois já são protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

92

João, agente de Polícia Civil e chefe do setor de investigação em determinada delegacia no Estado Alfa, recebeu, para si, diretamente, a quantia de cinquenta mil reais de Alessandro, indiciado em determinado inquérito policial. Para retribuir o presente, João deixou de realizar determinada diligência investigatória, pois o resultado poderia desagradar a Alessandro.

Consoante dispõe a Lei nº 8.429/1992, em tese:

- (A) João praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda da função pública, mas Alessandro não cometeu improbidade porque é particular;
- (B) João e Alessandro praticaram ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a suspensão dos direitos políticos pelo período previsto na lei;
- (C) João e Alessandro não praticaram ato de improbidade administrativa, porque não houve efetivo dano ao erário, mas respondem na seara criminal;
- (D) Alessandro praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda da função pública, mas João responde apenas nas esferas administrativa e criminal, porque é servidor público;
- (E) João praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda dos valores acrescidos ilícitamente a seu patrimônio, mas Alessandro não cometeu improbidade porque não é agente público.

93

Joana, escritã de Polícia Civil do Rio Grande do Norte estável, foi aposentada por invalidez. Seis meses depois, após análise por junta médica oficial, foram declarados insubsistentes os motivos de sua aposentadoria.

De acordo com o Estatuto da Polícia Civil de regência, Joana retornará à atividade por meio da forma de provimento derivado chamada:

- (A) reversão, que será efetivada no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação;
- (B) recondução, que será efetivada no cargo imediatamente superior àquele ocupado no momento da aposentadoria;
- (C) readaptação, que será feita em outro cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a doença que ensejou sua anterior aposentadoria por invalidez;
- (D) aproveitamento, que será feito no cargo anteriormente ocupado, asseguradas as promoções por merecimento e antiguidade a que teria direito se em atividade estivesse;
- (E) reintegração, que será feita no cargo anteriormente ocupado, sendo-lhe assegurada a promoção a que faria jus se estivesse na atividade, inclusive com a contagem de tempo de serviço.

94

Maria, escrivã de Polícia Civil no Estado Alfa, ao digitar o auto de qualificação do investigado João da Silva de Tal, no bojo de inquérito policial, cometeu erro de grafia, de maneira que acabou escrevendo o nome de outra pessoa, quase homônima, que nenhuma relação tinha com o caso, João da Salva de Tal. Diante de tal erro no procedimento de identificação, por falta de cuidado de Maria na fase investigatória, João da Salva de Tal foi denunciado pelo Ministério Público, respondeu à ação penal, mas ao final foi absolvido.

Após procurar a Defensoria Pública, João da Salva de Tal manejou ação indenizatória em face:

- (A) do Estado Alfa, por sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do elemento subjetivo do dolo ou culpa de Maria;
- (B) da Polícia Civil do Estado Alfa, por sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação do elemento subjetivo do dolo ou culpa de Maria;
- (C) de Maria, por sua responsabilidade civil subjetiva, sendo desnecessária a comprovação do elemento subjetivo do dolo ou culpa em sua conduta;
- (D) do delegado titular da delegacia, por sua responsabilidade civil solidária, pela culpa *in vigilando*, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de Maria;
- (E) da Polícia Civil do Estado Alfa, por sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do elemento subjetivo do dolo ou culpa de Maria.

95

João, agente de Polícia Civil do Rio Grande do Norte estável, no exercício da função, praticou ato de insubordinação grave em serviço.

Consoante dispõe o Estatuto da Polícia Civil de regência, após regular processo administrativo disciplinar, João está sujeito à sanção disciplinar da:

- (A) advertência, cuja prescrição ocorre em dois anos, e é competente para aplicá-la o Governador do Estado;
- (B) suspensão, cuja prescrição ocorre em dois anos, e é competente para aplicá-la o Delegado-Geral da Polícia Civil;
- (C) demissão, cuja prescrição ocorre em cinco anos, e é competente para aplicá-la o Governador do Estado;
- (D) suspensão, cuja prescrição ocorre em cinco anos, e é competente para aplicá-la o Secretário de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social;
- (E) exoneração, cuja prescrição ocorre em cinco anos, e é competente para aplicá-la o Secretário de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social.

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

96

Em uma casa noturna, um homem inicia luta corporal e desfere socos em outro indivíduo, este cai e bate com a cabeça na borda de uma mesa. É socorrido, levado para o hospital, operado e morre 48 horas depois.

Na lei penal, esse crime é enquadrado como:

- (A) homicídio simples;
- (B) homicídio qualificado;
- (C) homicídio culposo;
- (D) lesão corporal gravíssima culposa;
- (E) lesão corporal seguida de morte.

97

Um cadáver foi retirado da água após dois dias de desaparecimento.

No exame cadavérico, realizado no IML, foi descrita pelo perito a presença de “pés e mãos de lavadeira”, que representa:

- (A) sinal *intravitam*;
- (B) sinal de arrasto;
- (C) sinal de morte agônica;
- (D) afogamento em água doce;
- (E) sinal precursor de maceração.

98

Um indivíduo é agredido com três disparos de arma de fogo, levado ao hospital e submetido a cirurgia, permanecendo sete dias internado na UTI e recebendo alta no 16º dia de internação.

Para que o perito conclua se houve perigo de vida, na avaliação das lesões é necessário:

- (A) analisar o prontuário médico;
- (B) verificar a presença de cicatriz cirúrgica;
- (C) verificar se houve sequelas decorrentes da agressão;
- (D) se fundamentar na oitiva da vítima durante o exame;
- (E) solicitar a presença do médico que o atendeu.

99

As chamadas “manchas de Paltauf” têm dimensões variadas, contornos irregulares, tonalidade vermelho-clara e são produzidas pela ruptura das paredes alveolares e dos capilares sanguíneos.

Essas manchas são encontradas no pulmão dos:

- (A) estrangulados;
- (B) enforcados;
- (C) afogados;
- (D) asfixiados por monóxido de carbono;
- (E) soterrados.

100

Um dos métodos mais fidedignos para a pesquisa de pólvora na mão do atirador, também chamado de residuograma, é realizado por meio da:

- (A) diafanoscopia;
- (B) reação de residronato;
- (C) microscopia eletrônica de varredura;
- (D) pesquisa química de chumbo, bário e antimônio;
- (E) microscopia ótica para detecção de grânulos de chumbo.

DISCURSIVA**1**

Redija um texto dissertativo a respeito do tema:

Direitos fundamentais da mulher presa

Ao elaborar o texto, responda, necessariamente, aos seguintes questionamentos:

A mulher presa em flagrante delito pode ser mantida na mesma cela que presos do sexo masculino?

A mulher que cumpre pena tem o direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação?

O Estado pode se negar a observar os direitos da mulher presa sob o argumento de dificuldade logística?

Valor: 10 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

Em Direito Administrativo, o exercício do poder de polícia viabiliza o atendimento ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, de maneira que as necessidades coletivas devem prevalecer diante das específicas dos indivíduos isoladamente.

Nesse contexto, redija um texto dissertativo sobre o tema "Polícia administrativa X Polícia judiciária", abordando os seguintes aspectos:

- a) o conceito e a distinção entre polícia administrativa e polícia judiciária;
- b) a quem incumbe o exercício da polícia administrativa e da polícia judiciária;
- c) um exemplo de aplicação do poder administrativo de polícia.

Valor: 10 pontos

Máximo de linhas: 15 linhas.

Folha de rascunho

Rascunho para a 1ª questão (15 linhas).

Rascunho para a 2ª questão (15 linhas).

RASCUNHO

Realização

